

# A dívida e(x)terna

**GLOBO**

ANTENOR BARROS LEAL

5 MAR 1988

**A** posse do Presidente Bush encontra o continente americano dividido em duas partes absolutamente distintas. De um lado (por cima) os Estados Unidos e Canadá, signatários de recente acordo que facilita as trocas comerciais, reduz as desconfianças e moderniza mais ainda suas economias. É a fórmula para melhor enfrentamento da Europa-92 e continuar a crescer juntos. No lado de baixo — baixo mesmo — o retrato é desolador. O México, vizinho cheio de petróleo e de dívida, encabeça a lista de problemas que termina com a nossa estimada Argentina, ferida de morte pela incompetência e pelos anos negros do desmando autoritário. No meio do mapa a decadência é geral. As economias dos países centro e sul-americanos — com a pequena e gloriosa exceção da democrática Costa Rica e da experiência chilena que precisa ser testada sob regime de liberdades políticas — estão mergulhadas no lamaçal da dívida externa e no esgarçamento contínuo do tecido social.

A realidade política da América Latina atesta o crescimento de governo anti-EUA e as futuras eleições na Argentina e no Brasil podem trazer complicações definitivas. A Nicarágua e El Salvador preocupam a Casa Branca? Se os "senderos" ganham a briga no Peru, ela muda até de cor. Os Estados Unidos, como país, embora sem ser credor, assume todo ônus político da situação econômica.

O exame político de dívida externa não pode ser mais postergado. Coincidência ou não, todos os grandes devedores assumiram seus débitos durante a vigência de Governos totalitários, quando empréstimos bons para o País conviviam com negociações que desprezavam a qualidade dos contratos (melhores taxas, prazos e spreads) em troca de generosas comissões (as "tenebrosas transações" que canta Chico Buarque). A dívida é um entrave enorme ao desenvolvimento e daí a necessidade vital das democracias atuais ficarem livres deste impedimento histórico. Seria macabro constatar que

as nascentes democracias latino-americanas estão impedidas de florescer, de permitir mais liberdades econômicas, exatamente pelo ônus da dívida. É lamentável que a América Latina não possa usufruir da onda libertária que domina o Mundo. A carga da dívida tem mantido a necessidade de mais governo e mais controles, enquanto os países desenvolvidos experimentam modelo oposto: mais liberdade e menos Estado; mais eficiência e menos estatização.

Em termos práticos, bastaria um cálculo primário para concluir pela inviabilidade da dívida. Se o FED — o Banco Central Americano — aumentasse os juros dos seus títulos para a rolagem de sua dívida, digamos, elevando sua taxa dos atuais 8%, para 15% AA — algo bastante possível — a taxa "prime" de Nova York pularia, imediatamente, aos níveis de 18% a 20% AA. Se a dívida nos atuais patamares já é impagável, não há como imaginar tal quadro. Toda nossa exportação não bastaria para os juros.

A convivência com as dificuldades da dívida está estimulando o estudo de saídas que viabilizem os devedores e não puna os credores.

Os bancos emprestadores estão incólumes. É bom que assim seja pois são empresas que realizaram negócios e cujos acionistas não podem pagar a conta. Os devedores estão quebrados. Portanto, a procura da solução tem que combinar aspectos dispares e não pode cair na tentativa vã do perdão puro e simples. Não chegaria a bom termo e atrasaria o objetivo principal. A forma, tendo de abrigar os devedores com pagamentos justos é os credores com recebimentos coerentes, é convencionalmente incompatível, havendo, exatamente por isso, lugar para outro personagem. Os países ricos. Desde que interessados em solução equânime e duradoura.

A dívida é do tamanho do seu valor de mercado. Um dólar da dívida do Peru é comprada a 10 centavos, da do Brasil a 35 centavos. A criação de um fundo que comprasse, a preço do mercado, a dívida do Terceiro Mundo reduziria seu tamanho

a pelo menos a metade. O fundo, assumindo a dívida, passa a credor único e cobraria juros baseados numa taxa média da cesta das principais moedas, oferecendo prazos razoáveis a cada país. O FMI poderia coordenar a criação e o funcionamento do Fundo. Até reduziria a fama de agente da miséria e da fome que o caracteriza nos países devedores. Os cotistas não perderiam um centavo, pois receberiam juros pelo dinheiro investido. Os bancos limpariam seus balanços dessa incobrável dívida. A América Latina recomençaria seu caminho e a liberdade econômica iria florescer junto com a democracia.

A única coisa certa é que a dívida atual, nos moldes da sua estrutura, jamais será paga. Na sua triste existência causará males nunca sentidos pela humanidade e um outro período de trevas políticas espera o sofrido Terceiro Mundo. Novas e estúpidas elites se substituirão para manter o modelo imediatista, servil e antigo de hoje. O Terceiro Mundo fenecerá. Sua capacidade de compra de produtos e tecnologia dos países ricos diminuirá e o universo, até quando ninguém sabe, abrigará esta figura paquidêmica da convivência entre ricos e miseráveis.

É inacreditável a morosidade dos países ricos no aprofundamento dos estudos das consequências políticas da dívida externa. Incompreensível que os **experts** em cenários da economia mundial não tenham convencido os governantes das implicações sociais gravíssimas que os países do Terceiro Mundo continuarão a sofrer com o quadro atual. Tudo é muito surpreendente e nebuloso. A não ser que haja neste aparente distanciamento uma decisão terrível de manter para sempre o Terceiro Mundo como tal, evitando o surgimento de novos concorrentes no mercado mundial.

Se o objetivo for tão cínico e monstruoso, já foi conseguido. Daqui em diante só a pobreza, a miséria e a treva.